



© LUNA GÁMEZ

## COP-21

### ISA apresenta as percepções de povos indígenas sobre mudança climática

O filme *Para onde foram as andorinhas?* e o site-calendário *Ciclos Tiquié*, exibidos em Paris, mostraram ao público como os eventos climáticos estão afetando os índios do Parque Indígena do Xingu (MT) e os que habitam o Rio Tiquié (AM). **p.12**

#### Yanomami estão contaminados por mercúrio do garimpo ilegal

Estudo inédito da Fiocruz em parceria com o ISA, detectou altos índices de mercúrio em habitantes da Terra Indígena Yanomami, em Roraima, que sofre invasões garimpeiras constantes. **p.10**

#### Selo Origens Brasil® é lançado em São Paulo

A iniciativa dá mais transparência às cadeias de produtos da floresta assegurando sua origem e identificando empresas que respeitam os Territórios de Diversidade Socioambiental. **p.4**

2	PESQUISA E DIFUSÃO
4	MODELOS DE SUSTENTABILIDADE
9	DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS
18	PARCEIROS LOCAIS
20	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL



© MARILIA SENLLE/ISA

*Publicação quer despertar o interesse pela diversidade de culturas indígenas que existe no País*

## Povos Indígenas para crianças e adolescentes

Baseado no site Povos Indígenas no Brasil Mirim, a publicação, lançada no final de janeiro, visa despertar o interesse de crianças e adolescentes pelos modos de vida e direitos dos povos indígenas.

Há mais de 20 anos, o Instituto Socioambiental (ISA) trabalha com o tema povos indígenas e já produziu inúmeras publicações e sites de referência sobre o assunto para pesquisadores. Mas e as crianças? Para despertar o respeito desse público pela diversidade de culturas indígenas que existe no País, o ISA lançou o livro Povos Indígenas no Brasil Mirim.

O lançamento em São Paulo incluiu uma contação de histórias a partir de mitos indígenas, como o da Mulher-Estrela que ensinou a

agricultura aos Krahô, do Tocantins e um espetáculo da Cia. À Margem da Memória que apresentou uma marionete também inspirada no povo Krahô. A publicação traz informações detalhadas sobre alguns dos 246 povos indígenas que vivem atualmente no Brasil: uma população de quase 900 mil pessoas, que fala mais de 150 línguas diferentes. Além de textos em linguagem

acessível, o livro conta com ilustrações e fotografias de diferentes povos indígenas – construindo um painel da sociodiversidade indígena brasileira e rompendo com a ideia de que “todos os índios são iguais”. O livro está à venda na loja online do ISA.



**SAIBA MAIS EM:**  
<http://isa.to/1Tag1fe>



## Série de infográficos mostra impactos da mineração sobre TIs e UCs

Em 2016, o Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA inaugurou uma nova forma de apresentar as informações sobre mineração em Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs) na Amazônia brasileira. Agora, além de serem sistematizados e disponibilizados nos sites *Unidades de Conservação no Brasil* e *De Olho nas Terras Indígenas*, os dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) também ganham a forma de infográficos.

O primeiro material da série, lançado em janeiro deste ano, enfoca a área e o número de processos incidentes sobre TIs e UCs – um total de 17.509, em sua maioria requerimentos de lavra garimpeira. Entre UCs federais e estaduais, são 18 milhões de hectares atingidos por processos minerários; entre as TIs, uma área de 28 milhões de hectares pode vir a sofrer os impactos da mineração.

Já em *Por que não minerar em Terras Indígenas?*, o público descobre os impactos que são sofridos por povos e terras nas proximidades de empreendimentos minerários e também quais serão as mais severamente impactadas caso a mineração em TIs venha a ser aprovada: do total, oito terras terão mais de 90% de sua área comprometida. Apesar de não ser permitida atualmente, a mineração em TIs é alvo de interesses de parlamentares ligados a mineradoras, que há 20 anos tentam aprovar o PL 1610/96 no Congresso Nacional para regulamentar a matéria.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://isa.to/1MTH7e1>  
 e <http://isa.to/1T0qERe>

A série deve seguir agora com um infográfico especial sobre os impactos da mineração em Unidades de Conservação.

### Curtas

#### Sistema de indicadores para Terras Indígenas chega a Rondônia

Em dezembro de 2015, a equipe do Programa Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA deu início a uma nova aplicação do Sistema de Indicadores Socioambientais para Terras Indígenas (SisTI) na Terra Indígena Sagarana (RO), com apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai). Localizada no município de Guajará-Mirim, a TI com 18.120 hectares é território do povo Wari', onde vivem 68 famílias distribuídas em duas aldeias, segundo informações da comunidade. A primeira oficina de trabalho envolveu as duas aldeias, Winain Tain e Sagarana, discutindo a construção de um retrato socioambiental da terra e apresentando os 11 módulos do questionário que orienta as aplicações. Nessa oficina, os Wari' disseram que suas maiores preocupações são os problemas de saúde e de rareamento dos recursos naturais – e que o levantamento servirá para identificar suas causas e possíveis soluções. As aplicações, que envolvem a coleta de informações por pesquisadores indígenas, foram realizadas em dez TIs de Roraima e Amazonas; outros dois levantamentos estão em fase final nas TIs Paraná do Boá-Boá (AM) e Yanomami (AM/RR). Em Rondônia, haverá uma aplicação também na TI Rio Negro Ocaia, onde o projeto já foi apresentado e aceito pelas cinco aldeias.

## Selo Origens Brasil® é lançado em São Paulo

O ISA e o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflo) lançaram em março o selo Origens Brasil® que reuniu mais de 100 pessoas no salão do restaurante Dalva e Dito, em São Paulo, incluindo representantes de povos indígenas Kaiapó, Arara e do Parque Indígena do Xingu (MT), além de extrativistas da Terra do Meio (PA).

A iniciativa visa dar mais transparência às cadeias de produtos da floresta, assegurando sua origem e ajudando o consumidor a identificar empresas que valorizam e respeitam, em suas práticas, os Territórios de Diversidade Socioambiental. Estruturado para ser aplicado em diversos territórios, com o objetivo de ganhar escala e impactar, de forma positiva, um maior número de pessoas, o selo, que se inicia com o Território do Xingu, será ampliado, em breve, para outros territórios no Brasil. A escolha deu-se

pela dimensão e importância do Território com 26 milhões de hectares de áreas protegidas, que

### SAIBA MAIS EM:

<http://isa.to/1Tafnyk>  
e <http://isa.to/22UXj2d>

FOTOS © CLAUDIO TAVARES/ISA



Indígenas Kisêdjê, Kaiabi e Kaiapó durante o lançamento do selo



vão do Mato Grosso ao Pará, atravessando os biomas Amazônia e Cerrado e onde vivem populações extrativistas e povos indígenas que falam 27 idiomas.

A criação do selo, concebido pelo ISA e Imaflo, nasceu da percepção das populações tradicionais da Amazônia, de algumas ONGs que atuam junto a elas, e de algumas empresas, da necessidade de se ter uma ferramenta que distinguisse estes produtos no mercado e incorporasse seus valores como diferenciais. Durante três anos, o Imaflo, responsável pela gestão da iniciativa, e o ISA estudaram mecanismos que respondessem tecnicamente a essa demanda.

Esse trabalho culminou na criação do Origens Brasil®, que parte do reconhecimento de que a atividade agroextrativista exercida pelas populações tradicionais em seus territórios, tem baixo impacto sobre os recursos naturais, protege a floresta de usos predatórios, e permite a continuidade dos serviços ambientais. A busca de mercados diferenciados, a conexão entre empresas, mercado e os povos da floresta também é parte importante da iniciativa.



Herculano Júnior, Kwazadi Xipaia e Edileno Camilo de Oliveira, extrativistas da Terra do Meio (PA)



© ALDENIR CADETE/CIR

*Instalação da torre Tamanduá para medir a força dos ventos na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol*

### Projeto Cruviana de energia solar e eólica é alternativa à construção de hidrelétricas

Desde 2012, o ISA realiza pesquisas sobre o potencial eólico em comunidades da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol em Roraima, em parceria com o Conselho Indígena de Roraima (CIR) e a Universidade Federal do Maranhão, com apoio da Ajuda da Igreja da Noruega (AIN), da Associação Bem te vi Diversidade, Fundação Mott e Cafod.

Denominado “Cruviana”, termo popular usado em todo o Brasil que designa vento frio e úmido da madrugada, a ideia do projeto é gerar energia solar e eólica em comunidades indígenas, como alternativa aos projetos hidrelétricos previstos para a região, que podem gerar vários impactos socioambientais negativos e destruir locais sagrados para os índios. Como resultado desse

trabalho, três torres para medição da velocidade do vento já foram insta-

ladas. Em março, o Ministério de Minas e Energia anunciou que irá instalar, ainda este ano, um sistema de geração de energia para mil pessoas em duas comunidades na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol. Será o primeiro sistema de geração eólica em Terra Indígena do Programa Luz para Todos. Os sistemas de geração vão utilizar a combinação de energia eólica, solar, geradores a diesel e baterias.

O projeto Cruviana continua a realizar estudos na região e vai apresentar o mapeamento das outras 90 comunidades que podem ser beneficiadas nos próximos anos. Segundo os levantamentos, há capacidade de levar luz para até 10 mil pessoas em aproximadamente 100 comunidades. Na maior comunidade beneficiada pelo projeto, a instalação dos sistemas de geração deve evitar a queima de pelo menos 20 mil litros de diesel por ano, evitando a emissão de gases de efeito estufa.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://isa.to/1QHoOXA>

FOTOS © JUNIOR MICOLINO/ISA



Da esq. / dir.: início do reflorestamento em dezembro de 2011 na Fazenda Destino, em Ribeirão Cascalheira e 50 meses depois em fevereiro de 2016

## Reflorestamento na região do Xingu Araguaia inspira outras regiões do Brasil

Em fevereiro, uma expedição reunindo técnicos de diversas organizações não governamentais e governamentais como o Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam), o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e o Idesam (Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas), acompanhados pela equipe do ISA, percorreu durante cinco dias mais de 1 700 quilômetros em 14 propriedades rurais de quatro municípios mato-grossenses (Água Boa, Canarana, Querência e Ribeirão Cascalheira). Eles foram conhecer os processos de restauração florestal ocorridos nos últimos nove anos na região do Xingu Araguaia.

Os aprendizados, os gargalos e as experiências de cada organização nos locais em que atuam foram temas de conversas entre os participantes. Nessas áreas de restauração na região do Xingu Araguaia utiliza-se a técnica do plantio direto, desenvolvida desde 2006, e que teve início com a Campanha Y Ikatu Xingu – Salve a Água Boa do Xingu, lançada em outubro de 2004. Iniciativa de responsabilidade socioambiental compartilhada, a campanha reuniu indígenas, grandes agricultores e agricultores familiares, prefeituras, organizações governa-

mentais e não governamentais e pesquisadores, com o objetivo de recuperar as nascentes e matas ciliares do Rio Xingu. Até agora mais de três mil hectares de áreas degradadas estão em recuperação na região.

Se é preciso uma boa técnica, também é necessária uma grande quantidade de sementes florestais. E para dar continuidade às iniciativas de restauração da Y Ikatu Xingu e suprir a demanda cada vez maior por sementes nasceu no final de 2007 a Rede de Sementes do Xingu, que amalha mais de 420 coletores espalhados pela região que, em 2015, coletaram mais de 18 toneladas de sementes de 124 espécies florestais.

Tais experiências bem sucedidas promovidas pelo ISA e parceiros podem servir de inspiração e ser implantadas em outras regiões do Brasil contribuindo para alcançar uma das metas assumidas pelo País no Acordo de Paris, aprovado em dezembro de 2015, durante a Conferência do Clima (COP-21). Entre essas metas, as chamadas Contribuições Nacionais (NDCs), figuram a restauração e o reflorestamento de 12 milhões de hectares, a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e a integração de 5 milhões de hectares de lavoura-pecuária-florestas até 2030.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://isa.to/1p52Epd>



© MARCO TÚLIO FERREIRA/OPAN

*Coletoras indígenas da Rede de Sementes em intercâmbio na aldeia Moygu*

### Mulheres Ikpeng e Xavante trocam experiências sobre coleta de sementes

O encontro aconteceu na aldeia Moygu, Parque Indígena do Xingu, promovido pelo ISA e pela Operação Amazônia Nativa (Opan), reunindo coletoras Ikpeng e Xavante, que durante uma semana trocaram experiências sobre coleta de sementes florestais nativas, planejamento anual e manejo. Depois da troca de presentes, tanto as Xavante quanto as Ikpeng contaram um pouco de suas experiências cotidianas.

As Ikpeng, chamadas Yarang, foram um dos grupos mais antigos e consolidados, tanto do Parque Indígena do Xingu, quanto da Rede de Sementes do Xingu. Elas expuseram suas formas de ler e interpretar os sinais da natureza para a realização de suas atividades. Por exemplo, a floração do murici indica a época certa para a semeadura/plantio. Já as Xavante mostraram seu calendário cultural, no qual o ano é dividido em quatro estações (começo das chuvas – *utsu*; auge das chuvas – *a'êta*; começo da seca – *tsa'u'u*; e auge da seca – *robró'ó*). Entretanto, as mudanças climáticas vêm interferindo nos calendários e nos sinais da natureza.

As Ikpeng apresentaram exemplos práticos de

como isso vem acontecendo. Aliás, todos os povos que vivem no Parque vêm sofrendo os efeitos provocados pelas mudanças climáticas e pelo aumento das temperaturas.

As indígenas visitaram ainda áreas de coleta, contando com um trator para auxiliar no deslocamento da maioria das pessoas. As Yarang explicaram como dividem os papéis e tarefas, como planejam as atividades e se organizam, como estão gerindo a nova casa de sementes da aldeia Moygu e como se relacionam com a Rede. O grupo Xavante contou como se organiza, traçando paralelos com a estrutura Ikpeng.

O fogo, constante realidade entre os Ikpeng e os Xavante, foi também tema de discussão. Os Ikpeng falaram sobre as queimadas e como está se alterando o regime de queima dentro do Parque do Xingu, atribuído às mudanças climáticas. Desde 2006, o ISA apoia comunidades do PIX no manejo do fogo para contribuir na adaptação dos povos do Xingu a uma nova condição ambiental. Os Xavante explicaram a importância do fogo para a cultura Xavante, falaram sobre a questão das mudanças climáticas, o regime de chuvas e como isso altera a queima.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://isa.to/1TafMkr>



Winti Kisêdjê na inauguração do Conexão Biomas e ao lado os boxes da Amazônia e Mata Atlântica no Mercado de Pinheiros



Da esq. p/ dir.: secretário executivo do ISA, André Vilas Bôas, secretário municipal da Cultura, Nabil Bonduki, Alex Atala, do ATÁ, o prefeito Fernando Haddad, Beto Ricardo do ISA e o cenógrafo Nido Campolongo

## Conexão Biomas–São Paulo é inaugurada no Mercado de Pinheiros na cidade de São Paulo

Iniciativa do Instituto ATÁ em parceria com a Prefeitura de São Paulo, o Instituto Socioambiental (ISA), o Instituto Auá, a Central do Cerrado, o grupo Quintana e o Mocotó Café, o Conexão Biomas inaugurou novos boxes no Mercado de Pinheiros (SP): Amazônia, Cerrado, Pampas e Mata Atlântica.

O ISA é facilitador para Amazônia e Mata Atlântica, na comercialização dos produtos indígenas do noroeste amazônico, como a Pimenta Baniwa e as cerâmicas utilizadas na

cozinha das populações do Alto Rio Negro (AM); dos indígenas do Parque Indígena do Xingu (MT), com pimenta, óleo de pequi, mel, e cerâmicas e utensílios usados na culinária; dos extrativistas da Terra do Meio (PA) com a farinha de mesocarpo de babaçu e a castanha do Pará e dos quilombolas do Vale do Ribeira (SP), na Mata Atlântica, com a farinha de mandioca caseira, a taiada, a rapadura e a banana chips. A inauguração contou com representantes das comunidades indígenas e extrativistas do Xingu e de quilombolas do Vale do Ribeira.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://isa.to/23XeAeZ>

# Parceria entre ISA e IEE vai levar energia limpa para o Xingu

Um acordo de cooperação técnica entre o Instituto Socioambiental e o Laboratório de Sistemas Fotovoltaicos do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE/USP) vai desenvolver o Projeto Energia Limpa do Xingu, com apoio da Fundação Mott. O projeto prevê energia solar para os polos do Parque Indígena do Xingu (PIX) – Diauarum, Wawi, Leonardo e Pavuru – onde funcionam escolas, associações, postos de saúde e as Coordenações Técnicas Locais (CTLs).

O IEE é o responsável pelo projeto técnico de mini redes de distribuição de energia, pela orientação técnica, pela indicação dos equipamentos fotovoltaicos a serem instalados e suas especifica-

ções e ainda supervisionará seu funcionamento. Cursos de formação serão ministrados para 100 eletricitistas indígenas, preparando-os para operar os equipamentos e fazer sua manutenção.

Estima-se que seis mil pessoas deixarão de usar geradores a diesel para os serviços comunitários ligados à saúde, educação e produção, favorecendo o meio ambiente, com a redução no uso de combustíveis fósseis. Hoje predominam no PIX o óleo diesel e a gasolina para geração de energia. De acordo com o técnico do ISA, Marcelo Martins, as atividades já estão acontecendo com o detalhamento do projeto e o diagnóstico que está sendo realizado nas aldeias.

## Defesa dos Direitos Socioambientais

# Desafio da regulamentação da lei de acesso ao patrimônio genético é evitar mais retrocessos

No início do ano, o ISA deu sequência ao trabalho de monitoramento da legislação sobre o patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado, participando de reuniões realizadas pela Casa Civil com representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares sobre a proposta de decreto e do grupo de trabalho da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

O ISA vem assessorando os representantes dessas populações nesses espaços e apresentando sugestões para a melhoria do texto da minuta. Além disso, o ISA lançou o “Guia da Minuta” com o objetivo de apoiar os detentores de conhecimento tradicional na análise da minuta de decreto e na participação na consulta. O desafio agora é impedir mais

retrocessos aos direitos dessas populações. A lei remeteu um significativo conjunto de temas para a regulamentação. “Ela reflete sua elaboração e tramitação: um processo desequilibrado, onde o setor privado, usuário do patrimônio genético e do conhecimento tradicional, teve grande parte de seus interesses contemplados, enquanto os detentores de conhecimentos tradicionais tiveram seus direitos desrespeitados e afrontados”, destacou Nurit Bensusan, coordenadora adjunta de Política e Direito do ISA. Ela ressalva que, apesar disso, é nítido o esforço que foi realizado no sentido de dar mais atenção aos clamores dos detentores de conhecimento tradicional.

O decreto de regulamentação ainda não foi publicado. Uma minuta está em discussão e deve entrar em consulta pública em abril. Só após tal processo, o decreto deverá ser, enfim, publicado.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://isa.to/1QV6jTi>



FOTOS © MARCOS WESLEY/ISA



Pesquisadora da Fiocruz coleta amostras de cabelo de indígenas na região de Waikás

## Estudo revela que Yanomami estão contaminados por mercúrio do garimpo ilegal

Conduzido pela Fiocruz em parceria com o ISA, o estudo inédito foi realizado a pedido da Hutukara Associação Yanomami (HAY) e da Associação do Povo Ye'kwana do Brasil (Apyb) e detectou a presença de altos níveis de mercúrio em habitantes da Terra Indígena Yanomami, em Roraima, que sofre com contínuas invasões garimpeiras. A equipe que realizou a pesquisa visitou 19 aldeias, em novembro de 2014, nas regiões de Papiú e Waikás, onde residem os Yanomami e Ye'kwana. O caso mais alarmante foi o da comunidade Yanomami de Araçá, na região de Waikás, onde 92% do total das amostras apresentaram alto índice de contaminação. Esta comunidade, entre todas as pesquisadas, é a que está mais próxima do garimpo. Na região do Papiú, onde foram registrados os menores índices de contaminação – 6,7% das amostras analisadas – a presença garimpeira é menos acentuada. Um especial publicado no site do ISA, em março, detalhou o estudo, a coleta das amostras, a devolução aos Yanomami, utilizando-se de vídeos e fotos para explicar como foi conduzido todo o processo e adiantando quais serão os próximos passos.

O uso do mercúrio faz parte do processo tradicional utilizado no garimpo para viabilizar a separação do ouro dos demais sedimentos. Uma parte dele é despejada nos rios

e igarapés e a outra é lançada na atmosfera. Uma vez na atmosfera, ele acaba caindo nas proximidades das áreas de exploração. As águas dos rios e os peixes que ingerem o mercúrio podem levá-lo para regiões mais distantes. A contaminação de seres humanos se dá especialmente através da ingestão de peixes contaminados, sobretudo os carnívoros e de tamanho maior.

### Davi Yanomami alertou Dilma sobre risco de mineração

Mesmo sem conhecer os resultados do estudo da Fiocruz, que confirmou a contaminação dos Yanomami por mercúrio, o líder Yanomami Davi Kopenawa protocolou carta em dezembro à presidente Dilma Rousseff e à governadora de Roraima, Suely Campos, alertando sobre o risco da mineração em larga escala. Se confirmado, um acordo entre os governos federal e estadual poderá permitir a instalação de grandes projetos de mineração perto da Terra Indígena Yanomami, entre Roraima e o Amazonas, uma das áreas mais conservadas da Amazônia. Por essa razão, o xamã também denunciou o aumento do desmatamento, a revogação de leis ambientais e o avanço dos grandes projetos econômicos sobre a região amazônica e seus povos indígenas. A carta faz referência ao acordo, formalizado pelo Decreto nº 6754/2009, pelo qual o governo federal transfere ao governo de Roraima o domínio de seis milhões de hectares.

**SAIBA MAIS EM** <http://isa.to/23Xa93R>

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://isa.to/1qNTEoI>



© ANDRÉ VILLAS-BÓAS / ISA

*Prejuízos causados pelo obra da hidrelétrica, no Rio Xingu, já podem ser contabilizados*

## Ibama reconhece impactos na pesca por conta da construção de Belo Monte

Não foi por falta de denúncias e protestos constantes de ambientalistas e populações tradicionais e indígenas da região muito antes de o governo dar licença para a instalação de Belo Monte. Ainda assim, o processo prosseguiu, a usina já obteve licença para operar e os prejuízos sobre a pesca já podem ser contabilizados. É o que indicam relatórios da Norte Energia, por meio dos quais o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) acompanha os impactos pesqueiros. A partir desses relatórios, o Ibama reconheceu que a obra impacta negativamente a atividade na região e, durante seminário realizado em Altamira, em fevereiro, comprometeu-se a alterar a metodologia de monitoramento e a estabelecer

medidas adicionais de compensação aos pescadores.

Agora, o órgão fiscalizador pretende incluir nesse monitoramento a percepção dos pescadores, não apenas os relatórios da construtora da usina. Entre os compromissos assumidos, está o de complementar os pontos pesqueiros georreferenciados pela Norte Energia com aqueles mapeados e identificados pelos pescadores no *Atlas dos Impactos da UHE Belo Monte* sobre a pesca, publicado pelo ISA.

Sugestões de análises complementares foram apresentadas pelos pescadores e acolhidas pelo Ibama para avançar na mensuração dos impactos reconhecidos. Os ajustes na metodologia e os debates sobre compensações irão ocorrer no espaço da Comissão da Pesca, fórum previsto no licenciamento da obra e já instituído, que antes era coordenado pela Norte Energia. A comissão deve se reunir trimestralmente.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://isa.to/1TBdi1S>

## O ISA na Conferência do Clima

Entre 28 de novembro e 13 de dezembro, a equipe do ISA esteve presente em diversos eventos relacionados a povos indígenas durante a COP-21 em Paris. No *Espace Generation Climat*, reservado à sociedade civil, no Pavilhão de Exposições do Le Bourget, onde também aconteciam as negociações oficiais em torno de um acordo para o Clima, o ISA realizou o evento paralelo oficial “As percepções dos povos indígenas em relação às mudanças climáticas: o exemplo

da Amazônia”, em parceria com o governo da França. Com a participação de representantes de povos indígenas da Amazônia Brasileira, foram apresentados e discutidos os impactos das mudanças climáticas sobre populações indígenas do Xingu (MT) e do Rio Negro (AM).

A exibição do documentário *Para onde foram as andorinhas?*, parceria do ISA com o Instituto Catitu, revelou os problemas que as mudanças climáticas estão acarretando à vida das comuni-



FOTOS © TATI KLEIN/ISA

Paulo Junqueira (à esq.), do ISA, apresenta o evento paralelo realizado em parceria com o governo francês no Le Bourget



Aloísio Cabalzar, do ISA, e Dagoberto Menezes explicam o site-calendário sobre os eventos climáticos no Rio Tiquié



Tukupé Waurá falou dos impactos das mudanças climáticas no Xingu e lembrou que seu povo depende da floresta



© LUNA GÁMEZ

*Em reunião da Aliança dos Guardiões da Mãe Natureza, sob o comando do cacique Raoni, lideranças selam pacto em defesa dos direitos dos povos indígenas e tradicionais*

dades do Parque Indígena do Xingu (MT). Um site-calendário (<http://ciclostiquie.socioambiental.org>) sobre os ciclos anuais dos povos indígenas do Rio Tiquié, no Alto Rio Negro, foi lançado também, registrando os eventos climáticos nessa região nos últimos dez anos (2005–2015). *Para onde foram as andorinhas?* (<https://www.youtube.com/watch?v=nDYfPDK6qko>) também foi exibido em dois eventos na Zona de Ação Climática (ZAC), espaço de debates da sociedade civil no Centro Cultural Centquatre (104) em Paris.

No Pavilhão da Água da Fundação Jean Jaurés, a exibição o filme *A Lei da Água – Novo Código Florestal Brasileiro*, co-produção do ISA (Instituto Socioambiental), WWF-Brasil, SOS Mata Atlântica, Associação Bem te vi Diversidade e Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), foi seguida de um debate promovido pelas organizações realizadoras do filme com o diretor André D’Elia, o

cinasta brasileiro Fernando Meirelles e o fotógrafo Sebastião Salgado, com a participação de Adriana Ramos, do ISA.

A equipe do ISA também noticiou o andamento das negociações oficiais para um acordo final pelo clima, cobriu a Assembleia da Aliança dos Guardiões da Mãe Natureza, com a presença de lideranças indígenas de todo o mundo – entre elas, o cacique kaiapó Raoni Metuktire. Na Cúpula Cidadã do Clima, realizada na cidade de Montreuil (região metropolitana de Paris), em 5/12, o ISA se uniu à Operação Amazônia Nativa (Opan) para realizar debate sobre mudanças climáticas e comunidades indígenas, no cinema municipal.

Selado em 12/12 pelos 195 países membros da Convenção do Clima das Nações Unidas, mais a União Europeia, o acordo de Paris, estabeleceu que o aquecimento do planeta deve ficar abaixo dos 2°C e que os esforços devem ser no sentido de não ultrapassar os 1,5°C. A assinatura do acordo será na sede da ONU, em Nova York, em 22 de abril.

**SAIBA MAIS EM:**

<https://www.socioambiental.org/pt-br/cop-21>

# Foirn denuncia grave crise na saúde no Alto Rio Negro (AM)

De acordo com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) faltariam medicamentos, aldeias estariam sem atendimento, postos de saúde em ruínas e pacientes estariam sendo transportados em condições precárias durante horas ao longo dos rios. Fotos mostram o que seriam motores de barcos sucateados e abandonados, medicamentos vencidos, uma cadeira de dentista nunca usada e toneis de combustível armazenados dentro de um posto de saúde. Apesar disso, os recursos do governo federal para o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) da região estariam chegando normalmente e até teriam aumentado nos últimos anos. Em fevereiro, a Foirn reafirmou as denúncias e exigiu providências dos órgãos responsáveis. O Ministério da Saúde negou desassistência e desabastecimento de medicamentos e outros insumos na região em nota enviada ao ISA.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://isa.to/1ombVZe>



*No Alto Rio Negro, paciente é transportado em condições precárias*

Algumas das denúncias, como de “negligência”, recaem sobre a atual coordenadora do DSEI Rio Negro, a enfermeira Ilma Lins de Souza, há pouco mais de um ano na função. Em entrevista ao ISA, ela negou as acusações. As distâncias, dificuldade de acesso e a grande população a ser assistida pelo DSEI – mais de 36 mil pessoas – também dificultariam o trabalho. Mesmo assim, garantiu que os recursos foram suficientes e nenhuma comunidade teria ficado sem atendimento, em 2015, nos três municípios atendidos pelo distrito: São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos. As lideranças indígenas também denunciaram que a coordenação do DSEI estaria divulgando informações incorretas sobre os indicadores de saúde e estaria se negando a apresentar os principais dados de sua gestão. A ausência de profissionais de saúde em campo também estaria acarretando problemas na notificação de mortes e casos clínicos. Mais: que o DSEI Alto Rio Negro teria alguns dos piores indicadores de cobertura de vacinas no país. Em 2014, o distrito estava entre os três DSEIs com cobertura vacinal menor de 30% entre crianças com menos de um ano, segundo o Relatório de Monitoramento dos Planos de Ação 2014 do Departamento de Atenção à Saúde Indígena (Dasi). A taxa de vacinação é um dos principais indicadores de saúde e a informação aponta para uma situação que de fato pode ser grave. O caso está sendo analisado pela relatora Direitos Humanos e Povos Indígenas da Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil, Erika Yamada, que pretende apresentar um relatório até o final do ano.



© FREDERICO VIEGAS/ISA

Protesto em Cajati (SP): pela regularização fundiária e contra hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas e mineração

## Quilombolas do Vale do Ribeira protestam no Dia Mundial de luta contra barragens

Uma grande manifestação que reuniu cerca de 800 pessoas em Cajati (SP), no dia 14 de março, Dia Internacional de Luta contra Barragens, foi promovida pelo Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab) em parceria com associações quilombolas e organizações da sociedade civil que atuam no Vale do Ribeira. Durante algumas horas os manifestantes bloquearam o tráfego na BR-116, que liga São Paulo ao sul do País.

As bandeiras principais este ano foram: contra hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs); contra empreendimentos minerários previstos para a região; e pela regularização fundiária para os territórios tradicionais (caiçaras, quilombolas, indígenas) e dos agricultores

familiares, inclusive assentamentos rurais. Além dos planos de construção da UHE Tijuco Alto, está em licenciamento um projeto para a construção de uma pequena central hidrelétrica (PCH) em Itaóca.

Os empreendimentos minerários, de calcário especialmente, ganharam força em Adrianópolis, na parte paranaense do Vale, e em Ribeira (SP), além dos inúmeros pedidos de lavra junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) sobre territórios quilombolas. Enquanto isso, os processos de regularização fundiária continuam caminhando lentamente. A titulação de territórios quilombolas, homologação de Terras Indígenas, e a regularização de terras para pequenos agricultores não avança no Vale do Ribeira, acirrando conflitos e disputas.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://isa.to/1SMxyOE>



*Rompimento da barragem em Mariana (MG) revela o desrespeito ao licenciamento ambiental*

## ISA articula luta contra retrocessos no licenciamento ambiental

No início de 2016, o ISA continuou a trabalhar exaustivamente para impedir retrocessos no licenciamento ambiental. Para isso, vem articulando ações políticas e monitorando as principais propostas que pretendem alterar a legislação relacionada ao assunto, em especial o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 654/2015, o Projeto de Lei (PL) nº 3729/2004 e a proposta de resolução que está no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

Os dois primeiros podem ser votados a qualquer momento nos plenários do Senado e da Câmara, respectivamente, enquanto a resolução ainda deve tramitar durante o primeiro semestre de 2016 no Conama. O ISA apresentou pareceres sobre o PLS nº 654 e a minuta de resolução e vem conversando com parlamentares e conselheiros, junto com outras organizações da sociedade civil, alertando sobre os principais problemas das propostas.

Também articula manifestações de outras organizações, pesquisadores e políticos sobre o

assunto. “As iniciativas legislativas e normativas em discussão atualmente contêm gravíssimos retrocessos aos direitos de toda a população a um meio ambiente equilibrado e à sadia qualidade de vida”, explicou o advogado do ISA, Maurício Guetta. Ele foi um dos participantes da audiência promovida, em março, pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP).

O ISA também continuou se manifestando contra esses retrocessos junto ao grande público. Em janeiro, a coordenadora adjunta de Política e Direito do ISA, Nurit Bensusan, defendeu o fortalecimento do licenciamento ambiental no artigo “De Mariana a Abrolhos, a pedagogia da lama em dez lições”, publicado no jornal Correio Braziliense e no site do ISA. “[No desastre de Mariana, em Minas Gerais] o licenciamento ambiental foi, mais uma vez, desrespeitado e as condicionantes que deveriam ser cumpridas, como o estabelecimento de um plano de emergência, foram deixadas de lado. Apenas uma amostra do que vem acontecendo pelo país afora”, escreveu ela.

### SAIBA MAIS EM:

<http://isa.to/1TadYrv>  
e <http://isa.to/1S8MVQV>



© LETICIA LEITE/ISA



© TODD SOUTHGATE

*Victoria Tauli-Corpuz ouviu denúncias e prometeu entregar relatório ao governo brasileiro e ao Conselho de Direitos Humanos da ONU*

## Relatora da ONU vem ao Brasil e visita Belo Monte

A relatora da ONU para direitos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, visitou o Rio Xingu definitivamente barrado e ouviu os povos afetados pela usina de Belo Monte, na região de Altamira (PA), em março. Ela esteve na Terra Indígena Paquiçamba, a 10 km da barragem principal da usina, para ouvir o povo Juruna. A cooptação de lideranças indígenas, a destruição do modo de vida tradicional e do meio ambiente no Rio Xingu foram algumas denúncias feitas pelos índios. Ela prometeu fazer um relato sobre a situação ao governo brasileiro antes de sair do País.

Em setembro de 2016, a relatora deverá apresentar o documento completo da viagem ao governo brasileiro e ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra. Além do desaparecimento de espécies de peixes, os Juruna denunciaram falhas no monitoramento da pesca realizado pela empresa Norte Energia, dona da obra. Justamente nos meses em que o rio foi barrado para dar lugar ao reservatório da usina, o programa de monitoramento da pesca no trecho de vazão reduzida ficou paralisado (veja mais à página 11).

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://isa.to/22IUld7>

Os índios afirmaram que diversos programas de compensação

do Plano Básico Ambiental (PBA)–Componente indígena – que começou com dois anos de atraso – estão parados, desde agosto do ano passado, por problemas na renovação dos contratos com as empresas executoras.

### ISA entrega estudo sobre desmatamento e invasões madeireiras na região

Durante a visita, o ISA entregou à relatora um levantamento sobre invasões às Terras Indígenas (TIs) e desmatamento na Terra do Meio, no centro-sul do Pará. Os dados contidos no documento revelam que a destruição da floresta voltou à região. O desmatamento cresceu 41% em toda a Terra do Meio: a área com “corte raso” passou de 13,1 mil hectares para 18,5 mil hectares, entre agosto de 2014 e julho de 2015. A extensão das estradas abertas pelas madeireiras ilegais na região cresceu 19%, com mais 576 km adicionados no período. As informações constam do documento, que inclui sobrevoos, relatos de campo, análises de imagens de satélite e dos dados oficiais do desmatamento. O levantamento completo, baseado em sobrevoos, dados oficiais, análises de campo e de imagens de satélite, atualiza informações da publicação *Rotas do Saque - Violações e ameaças à integridade territorial da Terra do Meio (PA)*, divulgada pelo ISA em agosto do ano passado.

**SAIBA MAIS EM** <http://isa.to/1pmf9wo>



© RAQUEL SANTOS/ISA

Reunião em Altamira definiu como será o funcionamento da Rede

## Extrativistas e indígenas criam Rede de Cantinas na Terra do Meio (PA)

A primeira cantina foi implantada em 2011 na Resex do Riozinho do Anfrísio. Depois vieram outras nas Resex do Iriri e do Xingu, na Terra do Meio. Em 2015 eram dez. Os indígenas também embarcaram no projeto e seis cantinas já estão em funcionamento nas Terras Indígenas dos Arara, Xipayá e Curuaya. Ao todo são 16 na região. E desde janeiro, foi formada a Rede de Cantinas da Terra do Meio, em reunião realizada em Altamira (PA), unindo extrativistas e indígenas da região. Espaço fundamental para a discussão de problemas e soluções comuns do dia a dia, a Rede é também incluí formação e aprendizado.

As chamadas cantinas são pontos de comercialização e troca de borracha, castanha, farinha e dezenas de produtos da floresta. O cantineiro, escolhido pela comunidade, recebe a produção dos vizinhos: castanha, óleo de copaíba e seringa já processada em blocos de borracha. Esses produtos serão trocados por alimentos e produtos industrializados, que vão desde arroz, sal, açúcar até lanternas, combustível, entre outros.

Normalmente os extrativistas teriam de viajar dias

de barco até a cidade para comprar, ou encerrar o alto preço dos regatões, comerciantes que passam de barco pelas comunidades ribeirinhas. O ribeirinho também pode trocar a produção por dinheiro.

O cantineiro também é responsável por administrar um pequeno capital de giro formado com apoio de parceiros técnicos e comerciais, como a empresa suíça Firmenich, que utiliza o óleo de copaíba em seus cosméticos e as brasileiras Mercur, principal compradora da borracha, e Wickbold, que usa a castanha da região na produção de pães. A garantia da venda dos produtos da floresta na Terra do Meio veio a partir de termos de cooperação firmados com compradores externos e pactuados com a comunidade. Todos os produtos são tabelados, o lucro e a prestação das contas de cada produto comercializado são definidos e compartilhados em assembleias envolvendo todas as famílias. O modelo recebe apoio técnico do ISA. Na reunião de janeiro, definiram-se também estratégias comuns para transporte da produção e sua comercialização nos centros urbanos. A Rede conta com apoio do Fundo Vale, Fundo Amazônia e Fundação Moore.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://isa.to/1RH3lju>

## Iniciativas comunitárias amazônicas debatem desafios dos negócios locais

Em março, o ISA e a Fundação Vitória Amazônica (FVA) reuniram em Brasília representantes de 12 iniciativas da Amazônia, de organizações não governamentais e governamentais, para debater, os desafios jurídicos e conjunturais em negócios de base comunitária e trocar informações e experiências além de boas práticas de gestão para os empreendimentos. Produtos com origem reconhecida, procedentes de trabalho justo e com baixo impacto ambiental têm sido cada vez mais procurados pela sociedade e setores do comércio.

Ao mesmo tempo, diversas comunidades – ribeirinhas, extrativistas, indígenas, e de agricultura familiar - se organizam para produzir e comercializar seus produtos como oportunidade de geração de renda aliada à conservação da biodiversidade.

Nas últimas décadas, têm se multiplicado iniciativas que buscam apoiar e articular as cadeias de produtos comunitários. Mas a oferta comunitária e a demanda do mercado têm esbarrado em questões jurídicas e legais. Os negócios de base comunitária têm de lidar com a gestão de aspectos organizacionais e um conjunto de leis sanitárias, fiscais, contábeis, tributárias e previdenciárias, pouco acessíveis às condições locais. De forma geral, as normas que acompanham esses processos negligenciam as especificidades do trabalho de base comunitária. As demandas e desafios comuns, recorrentes nos debates, permitiram sugerir estratégias coletivas de enfrentamento do marco jurídico, tais como o desenvolvimento de um programa de formação de base comunitária e de outro focado na assistência técnica integrada orientada a empreendimentos desse tipo.

Apesar de não ser possível aprofundar nem achar soluções para todos os itens debatidos, a oficina estabeleceu um diálogo para compartilhamento de ideias e entendimentos e a expectativa é construir formas para aprimorar os processos produtivos e burocráticos e cooperar mutuamente para fortalecer as iniciativas de base comunitária da Amazônia.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://isa.to/1Tao0IW>



## Curtas

### ▶ Vídeo mostra agrobiodiversidade quilombola e estratégias para recuperar sementes tradicionais

Sementes de Quilombos é o segundo de uma série de três vídeos sobre o Sistema Agrícola Quilombola do Vale do Ribeira, em São Paulo. O primeiro, Mutirão Quilombola, lançado em junho de 2015, registrou a realização de um mutirão tradicional para a colheita de arroz no quilombo Morro Seco (Iguape/SP), do qual participaram representantes de outras comunidades da região. O segundo vídeo, lançado em dezembro, aborda a agrobiodiversidade quilombola, as razões de seu declínio e as estratégias colocadas em prática pelos quilombos do Vale do Ribeira para a recuperação de suas sementes tradicionais. Junto com os vídeos, o ISA está produzindo um dossiê em parceria com as associações quilombolas do Vale do Ribeira e um conjunto de pesquisadores de diferentes áreas, que será submetido ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), tendo em vista o registro do Sistema Agrícola Quilombola do Vale do Ribeira como Patrimônio Imaterial do país.

**SAIBA MAIS EM:**  
<http://isa.to/1TaeMwF>



© CLAUDIO TAVARES/ISA

*Durante a reunião anual, a equipe do ISA se dividiu em grupos para debater planejamento*

## Planejamento estratégico do ISA 2016-2020 é tema de seminário de fim de ano

O planejamento estratégico do ISA que foi construído durante quase dois anos por toda a instituição foi apresentado e debatido durante a reunião de final do ano em 21 e 22 de dezembro. Além dele, duas rodas de conversa abordaram o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a participação do ISA na Conferência do Clima (COP-21), em Paris. O debate sobre o CAR teve como objetivo discutir o

cadastramento das áreas públicas e protegidas, em especial as Terras Indígenas e quilombolas. Já na conversa sobre a COP-21, foram relatadas as atividades que o ISA realizou e apresentados o site-calendário dos índios do Tiquié, e o filme *Para onde foram as andorinhas?*, sobre as consequências das mudanças climáticas relatadas pelos índios do Parque Indígena do Xingu.



**INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL** Conselho Diretor: Jurandir Craveiro Jr. (presidente), Tony Gross (vice-presidente), Marina Kahn e Neide Esterici. Secretário Executivo: André Villas-Bôas. **Apoio institucional:** NCA (Ajuda da Igreja da Noruega)

**BOLETIM SOCIOAMBIENTAL** Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). **Jornalistas:** Letícia Leite e Oswaldo Braga de Souza. Colaboração: Tatiane Klein. **Ilustrações:** Rubens Matuck. **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Ana Cristina Silveira.

**VISITE NOSSO SITE: [WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG](http://WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG)**

**ISA SÃO PAULO** Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRASÍLIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA ELDORADO** Rua Major França, 85, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua dos Missionários, 2589, Explanada do Xingu, 68372-030, Altamira (PA), tel: (93) 3515-5749.